

Márcio Schlee Gomes

A prova indiciária no crime de homicídio

**LÓGICA, PROBABILIDADE E INFERÊNCIA
NA CONSTRUÇÃO DA SENTENÇA PENAL**



livraria //
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2016

Conselho Editorial

André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Àngel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633p Gomes, Márcio Schlee.

A prova indiciária no crime de homicídio : lógica, probabilidade e inferência na construção da sentença penal / Márcio Schlee Gomes. –
Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2016.

263 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-69538-35-6

1. Prova criminal. 2. Presunções (Direito). 3. Processo penal. 4. Homicídio. 5. Sentenças (Processo penal). I. Título.

CDU 343.14

CDD 345.06

Índice para catálogo sistemático:

1. Evidências e provas : Processo penal 343.14

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

Siglas e abreviaturas	17
Introdução	19
1. “Caso Joana”: homicídio e prova indiciária	27
1.1. O caso e suas circunstâncias fáticas.....	27
1.2. Os fundamentos da decisão do STJ.....	29
1.3. Pressupostos sobre a prova indiciária na decisão.....	32
2. O crime de homicídio e a problemática probatória	35
2.1. A prova da existência do crime.....	37
2.2. A prova da autoria do homicídio.....	41
2.3. A prova do elemento subjetivo (<i>animus necandi</i>).....	47
3. Prova indiciária no Processo Penal	55
3.1. A busca da verdade no processo penal.....	55
3.2. Prova direta e indireta.....	63
3.2.1. Considerações gerais sobre o conceito de prova.....	63
3.2.2. Prova direta.....	69
3.2.3. Prova indireta.....	75
3.3. Prova indiciária.....	80
3.3.1. Índícios: conceito e classificações.....	80
3.3.2. Índícios e presunções.....	97
3.3.3. Posição da prova indiciária no sistema processual penal.....	99
3.3.3.1. Sistema português: livre apreciação da prova e máximas de experiência.....	100
3.3.3.2. Sistemas processuais penais em geral.....	105
4. Lógica, probabilidade e inferência: bases da discussão da prova por indícios	115
4.1. Modelos probatórios.....	118
4.1.1. Modelo narrativo (<i>story-telling</i>).....	119
4.1.2. Modelo probabilístico.....	124
4.1.3. Modelo híbrido.....	129
4.2. Inferência.....	134
4.2.1. Inferência dedutiva.....	135
4.2.2. Inferência indutiva.....	136

4.2.3. Inferência abduativa.....	137
4.2.4. Inferência e valoração da prova.....	138
4.2.4.1. Inferência e cognição.....	139
4.2.4.2. Inferência probatória, probabilidade indutiva e prova indiciária.....	145
4.3. Prova indiciária e ônus da prova.....	154
4.3.1. Produção da prova indiciária e sistemas processuais penais.....	156
4.3.2. Sistema continental e sistema anglo-americano de ônus da prova.....	158
4.3.2.1. Aspectos gerais.....	158
4.3.2.2. Ônus da prova: ônus de produção, de persuasão e tático.....	160
5. A sentença penal baseada em prova indiciária: limites e parâmetros.....	169
5.1. Sistemas de avaliação de prova.....	169
5.1.1. Prova legal ou tarifada.....	170
5.1.2. Íntima convicção.....	172
5.1.3. Livre apreciação da prova ou persuasão racional.....	173
5.2. Sentença penal: limites e parâmetros na avaliação da prova.....	177
5.2.1. Juízes ou Júri popular: motivação da sentença.....	178
5.2.2. Parâmetros constitucionais e processuais.....	185
5.2.2.1. Alcance do princípio da presunção de inocência.....	186
5.2.2.2. Papel do “in dubio pro reo” no julgamento penal.....	190
5.2.2.3. Limitações probatórias de caráter constitucional ou processual.....	197
5.3. A suficiência de prova indiciária para fixação de um juízo de certeza na sentença penal.....	200
5.3.1. Requisitos específicos sobre a prova indiciária.....	201
5.3.2. A força probatória dos indícios no processo penal.....	209
5.3.2.1. Indícios suficientes e “certeza”.....	209
5.3.2.2. Indícios e o <i>standard</i> “prova acima de dúvida razoável”.....	214
5.4. Comparativo de casos na jurisprudência.....	221
5.4.1. Jurisprudência dos tribunais portugueses em casos indiciários de homicídio.....	221
5.4.2. Análise crítica final: “Caso Joana”.....	231
Conclusões.....	245
Referências bibliográficas.....	253